

Hoje, o acordo. Dólares, a partir do dia 28.

Depois que a diretoria executiva do FMI aprovar o acordo com o Brasil, hoje, recomeça o fluxo de dólares. No dia 28, devem ser liberados 70 milhões.

O Brasil dará um passo significativo para resolver seus problemas de liquidez, pelo menos por algum tempo, quando a diretoria executiva do FMI aprovar hoje, como se prevê, seu programa de ajustamento modificado e liberar novos recursos.

Se tudo correr como se espera, já no dia 28 o Brasil receberá aproximadamente 70 milhões de dólares da linha de crédito para a formação de estoques reguladores de açúcar e, no próximo dia 30, três parcelas da linha de crédito ampliada, no valor de 374 milhões de Direitos Especiais de Saque (DES) cada uma (ou cerca de 393 milhões de dólares, pela última taxa de conversão do DES). Portanto, um total de 1,25 bilhão de dólares, aproximadamente.

Só a parcela disponível a partir de 30 de novembro da linha de crédito ampliada sairá no tempo certo. As outras duas deveriam ter sido desembolsadas em 31 de maio e 31 de agosto, mas foram retidas porque o País não cumpriu as metas de seu programa original.

Quando o FMI formalizou o acordo com o Brasil, em 28 de fevereiro deste ano, o Direito Especial de Saque valia cerca de 1,10 dólar. Hoje vale em torno de 1,05. Portanto, o País perdeu um pouco na conversão, em termos de dólar. Em vez de receber cerca de 411 milhões de dólares, o Brasil estará recebendo 393 milhões por cada parcela da linha ampliada. Em compensação, entretanto, outras moedas fortes se desvalorizaram perante o dólar.

Pelo acordo de fevereiro o Brasil recebeu empréstimos totalizando 4,955 bilhões de Direitos Especiais de Saque. Desse total, cerca de 4,24 bilhões (ou 425% da cota do País no FMI) correspondiam à linha de cré-

dito ampliada e seriam distribuídos ao longo dos três anos do acordo. O Brasil foi capaz de sacar imediatamente cerca de 125 milhões de DES da linha ampliada, cerca de 250 milhões de DES da primeira tranche de crédito e mais de 466 milhões de DES da linha de crédito compensatória. Em dezembro do ano passado, o Brasil já havia recebido cerca de 499 milhões de Direitos Especiais de Saque da mesma linha compensatória.

O Brasil deverá contar também em dezembro com cerca da metade do novo empréstimo-jumbo de 6,5 bilhões de dólares que está sendo negociado com os bancos privados através do comitê de assessoramento liderado por William Rhodes, do Citibank. O dinheiro será praticamente consumido pelo pagamento dos juros atrasados.

O ministro do Planejamento, Delfim Neto, afirmou ontem em entrevista à televisão que um novo arrocho em 1984 "depende do que vai acontecer com a taxa de inflação", expressando a convicção de que, reduzindo o déficit público e controlando os meios de pagamento, "deveremos ter uma redução dramática da taxa de inflação nos próximos meses. A verificação dessa queda da taxa de inflação é uma garantia de que não haverá nenhum arrocho, e a economia poderá voltar a ter níveis de inflação muito mais baixos do que os atuais".

Segundo Delfim, "todas as portas estarão abertas"; a partir da aprovação, pelo board do FMI do programa de ajustamento proposto pelo governo. "Voltarão os financiamentos ao Brasil, teremos ampliado o espaço para importação do setor privado, teremos ampliado o espaço para um certo crescimento."